

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 13 a 17/01/2020):

1. PARLAMENTO EUROPEU - SESSÃO PLENÁRIA	1
Conferência sobre o futuro da Europa	1
Venezuela: Parlamento Europeu apoia a Juan Guaidó	1
Pacto Ecológico Europeu	2
Brexit - Resolução do PE	2
Estado de Direito na Polónia e na Hungria	2
Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa	3
2. PACTO ECOLÓGICO EUROPEU - PRIMEIRAS PROPOSTAS DA COMISSÃO	3
Plano de Investimento para uma Europa sustentável	3
O Mecanismo para uma Transição Justa	3
3. BREXIT	4
Negociação da relação futura entre a UE e o Reino Unido	4
4. OUTROS ASSUNTOS	4
Composição do PE após o Brexit - Grupos Políticos	4
Novo Governo em Malta	5
Novo Governo espanhol	5
Deputados espanhóis eleitos ao PE - seguimento do acórdão do TJUE	5
5. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	5
Parlamento Europeu - Comissões Parlamentares	5
Comissão Europeia	6
Conselho da União Europeia	6
Conferências interparlamentares	6

1. PARLAMENTO EUROPEU - SESSÃO PLENÁRIA

A semana que passou foi dedicada à sessão plenária do PE, em Estrasburgo (Fonte: Serviço de Imprensa do PE).

Conferência sobre o futuro da Europa

O Parlamento Europeu (PE) aprovou hoje a sua [posição sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa](#), incluindo recomendações sobre a sua composição e os modelos de participação dos cidadãos.

A participação dos cidadãos, da sociedade civil e das diferentes partes interessadas a nível europeu, nacional, regional e local deve ser o elemento fundamental deste processo “inovador e original” da Conferência sobre o Futuro da Europa, diz o PE numa [resolução hoje aprovada](#) com 494 votos a favor, 147 contra e 49 abstenções.

A Conferência será uma oportunidade para “identificar se a UE está no bom caminho e quais as novas medidas que devem ser melhoradas”, sendo que questões como o processo dos cabeças de lista e as listas transnacionais nas eleições europeias devem também ser discutidas durante a Conferência, afirmam os eurodeputados.

Depois de os detalhes serem acordados entre as três principais instituições da UE, as atividades da Conferência deverão começar no Dia da Europa (9 de maio de 2020, 70.º aniversário da Declaração Schuman) e serem concluídas no verão de 2022, coincidindo assim com a presidência portuguesa do Conselho da UE, no primeiro semestre de 2021.

Intervieram no debate os deputados portugueses [Paulo Rangel \(PPE\)](#), [João Ferreira \(CEUE/EVN\)](#) e [Pedro Silva Pereira \(S&D\)](#).

Venezuela: Parlamento Europeu apoia a Juan Guaidó

Foi aprovada uma [resolução](#) com 471 votos a favor, 101 contra e 103 abstenções, em que o PE reconhece e apoia Juan Guaidó como Presidente legítimo da Assembleia Nacional e Presidente interino legítimo da Venezuela, condenando a recente tentativa de golpe de Estado parlamentar do regime de Nicolás Maduro e dos seus aliados.

A resolução nota que Juan Guaidó foi “brutalmente impedido” pelas forças armadas de presidir à sessão parlamentar, que muitos deputados da oposição foram impedidos de entrar na Assembleia Nacional e que o acesso da imprensa ao edifício também foi bloqueado. O PE reitera que a Assembleia Nacional é o único órgão legítimo democraticamente eleito na Venezuela e sublinha que uma solução pacífica e política só poderá ser alcançada respeitando plenamente as suas prerrogativas constitucionais.

Intervieram no debate os deputados portugueses [Isabel Santos \(S&D\)](#), [Sandra Pereira \(CEUE/EVN\)](#) e [Cláudia Monteiro de Aguiar \(PPE\)](#).

Pacto Ecológico Europeu

O Parlamento Europeu aprovou uma [resolução sobre o Pacto Ecológico Europeu](#), no seguimento de um [debate realizado no dia 11 de dezembro](#), em que define a necessidade de metas vinculativas a nível nacional para alcançar a neutralidade carbónica até 2050, e metas intermédias para 2030 e 2040.

Há um [apoio declarado às linhas gerais do Plano de Investimento para uma Europa Sustentável](#) para ajudar a colmatar o défice de investimento e assegurar uma transição justa em todas as regiões da UE, instando a Comissão a assegurar a “coesão económica, social e territorial das transições”. O [Mecanismo \(e o Fundo\) para uma Transição Justa](#) será um instrumento económico importante para promover esta transição e alcançar metas ambiciosas em matéria de clima, diz o PE, acrescentando que “um financiamento consistente deste instrumento, incluindo recursos orçamentais adicionais, será um elemento fundamental para o êxito da implementação do Pacto Ecológico Europeu”.

Brexit - Resolução do PE

Foi aprovada uma [resolução](#) (610 votos a favor, 29 contra e 68 abstenções) em que os deputados avisam que a sua decisão sobre a aprovação do Acordo de Saída “terá em conta a experiência adquirida e as garantias dadas” em relação à aplicação das disposições relativas aos direitos dos cidadãos. O PE manifesta a sua preocupação com os anúncios contraditórios das autoridades britânicas sobre os direitos dos cidadãos da UE27 que residem no país, em especial no que diz respeito à aplicação do sistema de registo de cidadãos da UE, que “geraram incerteza e ansiedade desnecessárias” para as pessoas em causa.

Atualmente, cerca de 3,2 milhões de cidadãos da UE27 residem no Reino Unido e 1,2 milhões de cidadãos britânicos residem nos 27 Estados-Membros. Recorda-se que, durante o período de transição, que termina em 31 de dezembro de 2020, caberá à Comissão Europeia acompanhar a aplicação das disposições do Acordo de Saída relativas aos direitos dos cidadãos. Do lado britânico, esta tarefa ficará a cargo de uma autoridade independente e o PE insiste que esta autoridade deverá ser “verdadeiramente independente”, manifestando preocupações a este respeito.

Para poder entrar em vigor, o Acordo de Saída do Reino Unido da UE precisa de ser aprovado pelo Parlamento Europeu por maioria dos votos expressos ([artigo 50.º, n.º 2, do Tratado da UE](#) e [artigo 88.º do Regimento do PE](#)). A votação está prevista para a [sessão plenária de 29 de janeiro](#), em Bruxelas.

Os Deputados portugueses [Pedro Silva Pereira \(S&D\)](#), membro do grupo diretor do PE sobre o Brexit, [Paulo Rangel \(PPE\)](#) e [João Ferreira \(CEUE/EVN\)](#) intervieram no debate.

Estado de Direito na Polónia e na Hungria

O PE adotou uma [resolução](#) (446 votos a favor, 178 contra e 41 abstenções) em que considera que a “[situação tanto na Polónia como na Hungria se deteriorou](#) desde o lançamento do procedimento previsto no [Artigo 7.º do Tratado](#). Apela-se ao Conselho que formule recomendações concretas para os Estados visados, o envolvimento do PE nas audições, que

devem ser mais estruturadas, e suscitam ainda a necessidade de estabelecer um mecanismo sobre a democracia, o Estado de Direito e os direitos fundamentais.

Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa

O PE adotou uma [Resolução a execução da política externa e de segurança comum – relatório anual](#) e outra sobre a [sobre a execução da Política Comum de Segurança e Defesa - Relatório anual](#), notando que o mundo enfrenta uma mudança global e que a UE deve ser mais assertiva, reforçar a capacidade de antecipar questões e intensificar o alinhamento com parceiros estratégicos, como a NATO e países emergentes.

Por outro lado, nota-se ainda que alguns atores globais (EUA, China e Rússia) e um número crescente de atores regionais (Turquia, Irão, Arábia Saudita) buscam uma afirmação do seu poder através de uma combinação de “postura diplomática unilateral”.

2. PACTO ECOLÓGICO EUROPEU - PRIMEIRAS PROPOSTAS DA COMISSÃO

A Comissão Europeia apresentou, esta semana, as suas [primeiras propostas concretas](#) no âmbito do Pacto Ecológico Europeu: o [Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu](#) e o [Mecanismo para uma Transição Justa](#):

Plano de Investimento para uma Europa sustentável

O Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu mobilizará fundos da UE e criará um quadro propício para facilitar e estimular os investimentos públicos e privados necessários para assegurar a transição para uma economia verde, competitiva, inclusiva e que assegure a neutralidade climática. Em complemento de outras iniciativas anunciadas no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, o plano contempla três dimensões:

- *Financiar*: mobilizar pelo menos um bilião de EUR de investimentos sustentáveis na próxima década. Uma parte das despesas com a ação climática e ambiental do orçamento da UE maior do que nunca irá atrair financiamento privado, com o Banco Europeu de Investimento a desempenhar um papel fundamental.
- *Facilitar*: conceder incentivos para mobilizar e reorientar o investimento público e privado. A UE proporcionará aos investidores instrumentos que permitam colocar o financiamento sustentável no cerne do sistema financeiro, facilitando o investimento sustentável por parte das autoridades públicas, incentivando a orçamentação e a adjudicação de contratos públicos ecológicos, e concebendo novas formas de facilitar os procedimentos de aprovação dos auxílios estatais para as regiões que beneficiam do apoio a uma transição justa.
- *Apoiar na prática*: a Comissão prestará apoio às autoridades públicas e aos promotores de projetos no planeamento, conceção e execução de projetos sustentáveis.

O Mecanismo para uma Transição Justa

Visa assegurar que a transição para uma economia com impacto neutro no clima se processa de uma forma justa, não deixando ninguém para trás, prestando apoio específico para mobilizar

pelo menos 100 mil milhões de EUR em investimentos durante o período 2021-2027 para as regiões mais afetadas e será constituído por três fontes principais de financiamento:

1) **O Fundo para uma Transição Justa**, que receberá 7,5 mil milhões de EUR de novos fundos da UE, acrescentando à proposta da Comissão para o próximo orçamento de longo prazo da UE. Os Estados-Membros deverão, em diálogo com a Comissão, identificar os territórios elegíveis através de planos territoriais específicos de transição justa e comprometer-se a acompanhar cada euro do Fundo para uma Transição Justa com verbas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu Mais, disponibilizando recursos nacionais adicionais. Globalmente, o financiamento poderá elevar-se a uma verba entre 30 e 50 mil milhões de EUR, que, por sua vez, mobilizará ainda mais investimentos.

2) **Um regime de transição justa ao abrigo do programa InvestEU**, que mobilizará até 45 mil milhões de EUR de investimentos e atrairá investimentos privados, nomeadamente nos setores da energia sustentável e dos transportes, que beneficiem essas regiões e ajudem as suas economias a encontrar novas fontes de crescimento.

3) **Um mecanismo de crédito ao setor público do Banco Europeu de Investimento**, apoiado pelo orçamento da UE, que mobilizará entre 25 e 30 mil milhões de EUR de investimentos. Este mecanismo será utilizado para conceder crédito ao setor público, a utilizar, por exemplo, em investimentos nas redes de aquecimento urbano e na renovação de edifícios. A Comissão apresentará a proposta legislativa para criar este mecanismo em março de 2020.

O grupo dos chamados países da coesão reagiu a esta [proposta](#) com alguma reserva, enfatizando que o financiamento para estes investimentos não deve ser subtraído ao envelope financeiro da coesão, destacando que os 10 principais destinatários daquelas verbas serão a Polónia, a Alemanha, a Roménia, a República Checa, a Bulgária, a França, a Itália, a Espanha, a Grécia e os Países Baixos, por esta ordem. Os países defensores da PAC partilham o mesmo ceticismo e o grupo dos países defensores do *better spending* consideram que estes montantes devem ser integrados no QFP 21-27 antes de serem alocados por Estado-Membro.

3. BREXIT

Negociação da relação futura entre a UE e o Reino Unido

A [task force para as relações com o Reino Unido](#) da Comissão Europeia fez uma [apresentação](#) no grupo de trabalho do Artigo 50.º sobre a negociação da relação futura e que é uma leitura de interesse.

4. OUTROS ASSUNTOS

Composição do PE após o Brexit - Grupos Políticos

A saída dos 73 Deputados do Reino Unido após o Brexit, a 31 de janeiro, levará a uma [recomposição dos grupos políticos no PE](#), com um aumento dos Deputados do grupo

Identidade e Democracia, que passará a ser a quarta força política (passa de 73 a 76 Deputados), ultrapassando os Verdes no PE (que passará de 75 a 68), de acordo com as projeções atuais.

Novo Governo em Malta

Tomou posse o novo Governo em Malta, liderado por Robert Abel, e cuja [composição](#) pode ser consultada.

Novo Governo espanhol

A [composição](#) do Governo espanhol foi conhecida esta semana.

Deputados espanhóis eleitos ao PE - seguimento do acórdão do TJUE

No seguimento da [carta](#) enviada pelo Supremo Tribunal Espanhol ao PE, declarando a “inelegibilidade superveniente” e perda de mandato de Oriol Junqueras, o Presidente do PE [anunciou oficialmente que o lugar do Deputado está vago](#).

5. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu - Comissões Parlamentares

Além da apresentação das prioridades da Presidência croata nas várias Comissões parlamentares, destacamos:

- **Assuntos Externos** (AFET - 20 e 21.01)

Troca de impressões com João Vale de Almeida, recém-nomeado Embaixador na Delegação da UE junto do Reino Unido (à porta fechada).

Troca de impressões com o Secretário-Geral da NATO.

- **Assuntos Económicos e Monetários** (ECON - 22 e 23.01)

Semestre Europeu

Relatório anual da União Bancária (Relator: Deputado Pedro Marques S&D)

- **Inovação, Investigação e Energia** (ITRE - 22 e 23.01)

Troca de impressões Margrethe Vestager, Vice-Presidente Executiva da Vice-Presidente da Comissão sobre as iniciativas previstas em matéria de Inteligência Artificial (à porta fechada).

- **Política Regional** (REGI 20-21.01)

Troca de impressões com a Comissária para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira.

Comissão Europeia

O [agendamento indicativo das reuniões da Comissão](#) pode ser consultado [aqui](#).

Conselho da União Europeia

O planeamento para os próximos 15 dias está [disponível](#) para consulta, incluindo as agendas provisórias. Destacamos, para a próxima semana:

- **Eurogrupo** (dia 20.02): [página da reunião](#), com toda a informação e [agenda](#).
- Conselho de Economia e Finanças (21.01), [página da reunião](#).
- **Conselho de Negócios Estrangeiros** (20.01), [página da reunião](#) e [nota de enquadramento](#).
- **Reunião informal de Ministros de Justiça e Assuntos Internos** (23 de janeiro), agenda disponível [aqui](#).

Conferências interparlamentares

Nos dias 19 e 20 de janeiro, terá lugar, em Zagreb, a [Reunião dos Presidentes da COSAC](#), em que estará presente o Deputado Luís Capoulas Santos (PS), Presidente da Comissão de Assuntos Europeus.

Bruxelas | 17 de janeiro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Para consultar as Sínteses anteriores, clique [aqui](#).